

RELATÓRIO

Audiência Pública Virtual “Criação do Refúgio de Vida Silvestre no Vale Encantado de Patamares”

Local: Rede Social Facebook, página da Rádio e TV Câmara

Data: 06/05/2021

Horário: 15h às 17h44

Componentes da Mesa

Augusto Vasconcelos – Vereador, Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Daniela Falcão Sampaio – Representante do coletivo SOS Vale Encantado

Margareth P. Maia – Representante da ONG IMATERRA

Dra. Ana Luzia dos Santos Santana – Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia. Titular da Promotoria do Meio Ambiente e Urbanismo da Capital - 4º Promotora de Justiça.

Carol Pina Mendonça – Assessora da Diretoria de Licenciamento da SEDUR

Yuri Novais de Brito Cunha – Gerente de Licenciamento Ambiental da SEDUR

Jackson Costa – Ativista ambiental

Pedro Rocha – Professor Titular do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia.
Biólogo

Abertura

Augusto Vasconcelos

Anunciou o objetivo da audiência em ouvir diversos segmentos da sociedade a respeito da criação do refúgio de vida silvestre Vale Encantado, localizado em Patamares. Explicou que se trata de uma reserva de mata atlântica importante, um dos poucos remanescentes de floresta na cidade, que cumpre papel relevante em questões climáticas e de habitat, para a fauna e flora. Afirmou que há muitos anos diversas organizações têm se articulado para defender a criação deste refúgio com o objetivo de preservação ambiental, mas também de melhoria da qualidade de vida. Afirmou que Salvador tem 45% da população vivendo em áreas de risco e que enfrentamos um período de

intensificação das chuvas, com enxurradas, deslizamentos e alagamentos. Defendeu que uma parcela considerável dos problemas ocasionados pelos altos índices pluviométricos na cidade se deve ao crescente desmatamento da mesma. Finalizou dizendo que diversas associações protocolaram ofício na Ouvidoria da Câmara solicitando um debate sobre este assunto.

Considerações da Mesa

Daniela Falcão Sampaio

Afirmou que existe um conflito: de um lado a população, que quer a criação do refúgio de vida silvestre Vale Encantado e do outro, grupos que querem a implantação de novos empreendimentos, incluindo a Via Atlântica, que corta o vale ao meio. Explicou que o coletivo começou em 2005, quando novos empreendimentos, especialmente condomínios residenciais, foram implantados no entorno do vale encantado e os moradores denunciaram desmatamentos aos órgãos competentes. Afirmou que até hoje isso acontece e que presenciam árvores que levaram dezenas de anos para crescer serem derrubadas em questão de segundos. Afirmou então que os moradores se juntaram e criaram o SOS Vale Encantado, em parceria com a ONG Imaterra, que hoje possui 25 mil seguidores em redes sociais. Apresentou questionamentos que julgou equivocados, inclusive proferidos pela mídia, a respeito do coletivo e do Vale Encantado: *Por que ser um REVIS (refúgio de vida silvestre, categoria de unidade de conservação de proteção integral) se já tem próximo o Parque de Pituaçu.* Explicou que esse é um argumento forte para criar o Revis; *Qual interesse em floresta de apenas 61 hectares.* Explicou que nos estudos técnicos foi planejada uma área de 102 hectares, mas que em 2020 a lei 9.509 estabeleceu uma poligonal de 61 hectares. Afirmou, mostrando fotos tiradas no Vale, que este possui remanescente de mata atlântica, áreas de lagoas e rios, restinga, 200 espécies de plantas (metade delas de árvores) e 262 espécies da fauna, além de uma diversidade de répteis e aves de rara beleza; *Esses rios poluídos são focos de doenças, não é melhor canalizar e urbanizar?* Afirmou ser este outro questionamento equivocado encontrado na mídia, pois o Vale abrange duas bacias hidrográficas, com nascentes, rios e lagoas de água limpa; *Criar o Revis é sinônimo de assalto, violência e invasões.* Afirmou que sempre fizeram trabalhos voluntários no local, há visitas de grupos de escolas públicas e privadas, pesquisadores, observadores de aves e que nunca tiveram registros de assaltos, pois o Vale é cercado de condomínios fechados, o que dificulta o acesso, além de ser perto da guarda municipal. Afirmou,

por meio de fotos, que a não criação do Revis é que causa invasões, aterramento de lagoas, incêndios criminosos e desmatamentos; *Por que preservar o Vale se a cidade não tem para onde crescer.* Afirmou que existem diversos dispositivos legais que garantem a proteção do Vale: por ser mata atlântica, área de proteção de recursos naturais, unidade de conservação prevista no Plano Diretor e área de preservação permanente. Ressaltou que a prefeitura possui programas (PIDI e Revitalizar) de incentivo a empreendedores que fazem suas construções em lugares degradados, em ruínas, exatamente para evitar o desmatamento de áreas naturais; *Por que a demora na criação do Revis.* Explicou que foi feito um termo de cooperação técnica com a Secis e que foram cumpridas as etapas legais para criação do refúgio: estudos técnicos, apoio financeiro do Ministério Público e audiência pública, realizada em março 2020. Afirmou que desde então o processo 1521 tramita entre as secretarias de sustentabilidade, desenvolvimento urbano e a procuradoria do meio ambiente. Ressaltou que no ano passado foram feitas campanhas para que o prefeito assinasse o decreto, obtiveram apoio de vereadores, mas que mesmo assim o Revis continua no papel. Finalizou dizendo que o objetivo da audiência era buscar transparência dos órgãos públicos para a criação efetiva do Revis Vale Encantado.

Margareth Maia

Ressaltou que existem diversos argumentos sociais, ecológicos, econômicos e políticos para criação do Vale. Afirmou que a prefeitura sinaliza que Salvador é considerada a capital da mata atlântica, mas que a situação atual não permite chamá-la assim, pois, segundo dados do SOS mata atlântica e INPE 2019, a cidade aparece em 14º lugar, com 3.430 hectares. Disse que, em termos de conservação de remanescentes, Salvador tem pouquíssimos. Ainda de acordo com o estudo citado, afirmou que Salvador se destaca com taxas de desmatamento elevadas entre os 3.429 municípios sob o domínio da mata atlântica, aparecendo em 75º lugar em termos de desmatamento. Questionou por que a prefeitura não quer criar o refúgio de vida silvestre do Vale Encantado, sugerindo como possibilidades: a construção da Via Atlântico, que melhoraria a mobilidade da cidade. Afirmou que estudos técnicos realizados por parceiros e voluntários na área de engenharia de estradas mostraram que se trata de uma via completamente desnecessária. Explicou que, além disso, o próprio PDDU garante que esta via não pode recortar o vale, tendo que contorná-lo; e a zona de amortecimento, que seria um obstáculo para o mercado imobiliário pelo fato da área do entorno ser de baixa densidade, porém alto valor imobiliário (somente o terreno, sem possibilidade de construção, vale 1,2 bilhões de reais). Disse que criar o Revis do Vale Encantado não é apenas socialmente desejado, mas economicamente vantajoso, pois existem diversos estudos que indicam os benefícios dos serviços ecossistêmicos por hectare ao ano. Apontou os riscos da subordinação de Salvador ao setor

imobiliário: fragilização da democracia e da governabilidade no município; perda de bem estar social e qualidade de vida de sua população; perda de biodiversidade e serviços ecossistêmicos e de milhões de reais com ecoturismo; e o aumento da vulnerabilidade de Salvador aos efeitos das mudanças climáticas.

Carol Pina Mendonça

Afirmou que o processo chegou recentemente à Sedur e que houve uma mudança de gestão tanto do secretário quanto do gerente de licenciamento ambiental, pessoas que precisam analisar o processo. Explicou que ainda estão estudando tudo que foi apresentado e que vão precisar de um tempo para analisar a questão da poligonal e qual vai ser o posicionamento da Sedur. Finalizou dizendo que o processo está em fase de análise para garantir que a unidade de conservação seja criada atendendo a todos os requisitos legais.

Yuri Novais de Brito Cunha

Afirmou que estão em período de mudança na gerência de licenciamento ambiental e que é preciso aguardar o direcionamento da nova gestão para constituição do Revis. Colocou-se à disposição para colher as informações e questionamentos sobre a matéria.

Jackson Costa

Comentou sobre a importância dos esclarecimentos sobre o que é o Vale Encantado e o que ele traz para a sociedade, não só pela fauna e flora ali presentes, mas pelo que ele devolve para a cidade como um todo. Falou sobre os dados trazidos anteriormente pelas professoras e o quanto os argumentos são importantes para mostrar para a sociedade não só o seu lugar nesse cuidado com o meio ambiente, mas também as ações dos governos e, principalmente, o lugar de pouca voz muitas vezes ocupado pelo povo eleitor.

Pedro Rocha

Afirmou que os ecossistemas geram benefícios gratuitos para as sociedades humanas e que os processos ecológicos e os processos sociais se influenciam e se impactam continuamente. Explicou que em áreas urbanas, esses benefícios incluem, entre outros, o fato de que as áreas verdes possibilitam adaptações aos extremos do clima, tanto no presente quanto no futuro. Defendeu que

áreas como as do Vale Encantado são artigos importantes a serem protegidos particularmente em cidades como Salvador, que tem histórico de eliminação continuada de suas áreas de vegetação ativa. Afirmou que a quantidade de vegetação nativa em Salvador vem decrescendo desde o processo de redemocratização do Brasil. Explicou que quase 40% da cobertura vegetal presente na cidade em 1985 foi suprimida até 2019. Mostrou, por meio de gráfico, que houve perda da vegetação em cinco das seis administrações municipais nesse período, e que a tendência de queda permanece há mais de 20 anos. Afirmou que isso coloca Salvador entre as capitais sob o domínio da mata atlântica com menor porcentagem de território coberto por esses ecossistemas. Defendeu que a criação do refúgio se contrapõe à tendência histórica de eliminação da vegetação, traz benefícios às gerações humanas, cumpre objetivos de preservação e valorização dos artigos ambientais e valoriza as práticas de democracia participativa ao atender os anseios da sociedade civil organizada em Salvador.

Dra. Ana Luzia dos Santos Santana

Afirmou ter tido dificuldade em aplicar a lei da mata atlântica em Salvador, principalmente pela falta de estudo científico mas que, com grande esforço, foi possível fazer o estudo da mata atlântica de Salvador. Afirmou que há cerca de 15 dias receberam na promotoria uma ação civil pública ajuizada pela então Promotora Hortênsia Gomes, da Promotoria de Habitação e Urbanismo, que fora distribuída por conta da extinção da promotoria citada. Explicou que, como a questão foi judicializada, já não pode mais realizar atos em sua promotoria, mas sim adotar as medidas apenas em sede judicial. Lamentou que, embora a ação tenha sido ajuizada em 2015, ainda não há uma conclusão por parte do judiciário. Explicou que existem diversas ações pedindo andamento, mas que o juiz foi aposentado e fora designada nova juíza. Explicou que quando a ação foi ajuizada, ainda não estávamos sob a égide do Plano Diretor, então buscava-se a institucionalização do Vale Encantado enquanto unidade de preservação. Continuou dizendo que parte do que foi pedido foi parcialmente atendido com o Plano Diretor e a nova LOUS. Explicou que, de acordo com o despacho do juiz da época, Dr. Marcelo, ele só faria análise dos pedidos remanescentes, sendo um deles o estudo técnico. Sendo assim, foi feito um Termo de Cooperação entre o Ministério Público e o município para o financiamento desse estudo técnico que o juiz necessitava. Explicou que esse estudo de avaliação técnica já foi juntado à ação civil pública. Afirmou que agora estão aguardando que a juíza nomeada prescindida da nomeação de perito judicial e acolha esse estudo, que foi feito com participação do município também. Afirmou que, no andamento atual da ação, o juiz já tem condições de dar o provimento e dizer qual é a decisão do judiciário em relação aos pedidos formulados e que espera que o município venha atender o pleito, já que há uma confluência de

interesses entre sociedade, município e Ministério Público. Enumerou as determinações constantes no processo para execução por parte do município: materialização da existência do Parque Ecológico do Vale Encantado: divulgação da poligonal; determinar ao município que no prazo de 120 dias proceda o levantamento florístico e faunístico do Parque Ecológico do Vale Encantado, bem como os impactos ambientais existentes; que no prazo de 180 dias proceda à elaboração de um projeto arquitetônico que auxilie a proteção do parque e estabeleça portais de acesso; que no prazo de 360 dias promova as medidas legais para a execução dos portais e uma estrutura necessária para o seu efetivo funcionamento; determine ao município que sejam realizadas medidas legais para a constituição do Conselho Gestor dessa unidade de conservação, assim como elaboração do plano de manejo; que o juiz declare para os devidos fins que o Parque Ecológico do Vale Encantado é uma unidade de conservação integral na modalidade de Parque Natural Municipal, conforme preconiza o parágrafo 4º do artigo 11 da Lei Federal 9.985/2000; e fazer consistente não autorizar nenhuma obra viária ou empreendimento na área integrante da poligonal do Parque Ecológico do Vale Encantado dimensionada no estudo topográfico georeferenciado. Finalizou dizendo que foi agendada uma reunião com a Procuradoria Geral do Município para tentar resolver a questão extrajudicialmente e levar esse acordo para o judiciário.

Carol Pina Mendonça

Questionada sobre o prazo para a Sedur finalizar a análise, respondeu que o tema está sendo tratado com celeridade mas que, por ter chegado recentemente à Secretaria, o processo vai precisar passar por alguns setores, como o Setor de Cadastro, além de ser necessário checar as poligonais e verificar se a poligonal está de acordo com a lei de 2020, aprovada recentemente. Explicou ainda que há algumas questões legais que precisam ser avaliadas, inclusive como vai ser criada a unidade de preservação, se por lei ou por decreto, e que tudo isso tem que ser pontuado no parecer. Afirmou não ser possível dar um prazo preciso, mas garantiu que estão agindo com celeridade.

Dra. Ana Luzia dos Santos Santana

Questionada sobre a origem do financiamento dos estudos, se pelo TAC do Greenville ou pelo TAC da Saraíba, respondeu que as menções que existem ao estudo, elaborado pelo Imaterra, indicam que o financiamento foi oriundo do TAC com o Greenville.

Margareth Maia

Afirmou que os recursos aportados para subsidiar os estudos técnicos foram oriundos de uma ação relacionada ao Le Parc, não sendo do Greenville nem da Saraíba. Questionada sobre o que está sendo planejado referente ao resgate de animais silvestres que são vítimas de caças irregulares e maus tratos na região do Vale, respondeu que a criação da unidade de preservação vai justamente manter e proteger os animais silvestres lá existentes. Ponderou que a poligonal proposta e aprovada na consulta pública de 2020 é exatamente a mesma aprovada na Lei 9.509/2020, fruto de negociações envolvendo a Sedur. Afirmou que, inclusive, a Sedur acompanhou toda a definição dessa poligonal, reduzindo em 10 hectares a poligonal que existia antes do PDDU de 2016. Disse estar surpresa com o fato de a Sedur não conhecer essa poligonal. Afirmou estar surpresa também com o fato de que, dentre todas as etapas para a consulta pública previstas em lei, uma delas prevê consulta a algumas secretarias do município, incluindo a Sedur, que fora consultada, recebeu os estudos técnicos, a minuta do decreto e a proposta da poligonal.

Carol Pina Mendonça

Afirmou que, embora a poligonal já fosse conhecida pela Sedur, o Setor de Cadastro Técnico identificou algumas inconsistências na poligonal, por isso a necessidade de o processo passar por ele. Explicou que o processo passou pela Sedur em diversos momentos e vários artigos foram questionados, várias questões levantadas para serem alteradas e que a Secretaria se encontra em fase de construção. Finalizou dizendo que estão analisando o decreto para ver se pode ser aprovado, se está tudo de acordo com a legislação e para que nada saia em desacordo com a lei.

Kilson Melo – Presidente da Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS)

Afirmou que possui 16 anos de lutas em Cajazeiras com o *Cajaverde*. Pediu pela defesa do Rio Joanes de Ipitanga, área verde em Cajazeiras que precisa ser preservada.

Considerações finais

Daniela Falcão Sampaio

Afirmou que quando o Termo de Compromisso foi firmado com a Prefeitura, havia um cronograma a ser cumprido, que já fora extrapolado. Afirmou que não estão tendo acesso ao processo e pediu que um cronograma com prazos seja viabilizado.

Augusto Vasconcelos

Agradeceu a participação de todos e dos técnicos da TV Câmara e da Ouvidoria. Comentou a importância da participação dos representantes de todas as entidades presentes.

Sistematização dos encaminhamentos

- Elaboração de relatório com todas as questões colocadas na audiência.

Salvador, 10 de junho de 2021.

Augusto Vasconcelos

Vereador

Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Thamires Almeida

Coordenadora Técnica da Ouvidoria

Matrícula 6065